

o joio e o trigo

Respostas à reportagem *Gigante brasileira da soja e algodão, SLC arrenda terras com suspeita de grilagem no Matopiba*

Funai em 14 de Novembro de 2025

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) reconhece as situações de violência, degradação ambiental e contaminação de águas por agrotóxicos que têm acometido o povo Akroá-Gamella ao longo dos anos e informa que vem trabalhando na reivindicação fundiária deste povo, a Terra Indígena (TI) Taquaritiua.

Essa TI encontra-se em fase de estudos de identificação e delimitação, que teve início com a constituição de Grupo Técnico (GT) por meio de portaria datada de 10/11/2017. Houve progressos recentes com a apresentação de uma versão preliminar do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID). Atualmente, está em fase de planejamento o levantamento fundiário das ocupações não indígenas incidentes sobre a área de estudo.

Cabe destacar que os estudos de identificação e delimitação são a primeira fase do procedimento demarcatório, que ainda deverá passar pelas fases delimitação, declaração, homologação e regularização.

Durante todo o processo demarcatório, a Funai age em consonância com a Constituição Federal (art. 231), o Decreto no 1.775/1996, a Lei no 14.701/2023, Portaria no 14/1996 do Ministério da Justiça, e a Portaria no 2498/2011 do Ministério da Justiça, contando com a cooperação da sociedade para que seus trabalhos e seus servidores, que atuam em nome do Estado brasileiro e em defesa da política indigenista, tenham credibilidade, segurança e as ações de regularização fundiária de terras indígenas possam prosseguir com efetividade para garantir os direitos de todos os envolvidos.

Interpi em 14 de Novembro de 2025

O Interpi destaca que hoje se consolidou como um dos órgãos públicos que mais avança na titulação de territórios de povos e comunidades tradicionais no país, sendo o único a emitir títulos coletivos específicos para quebradeiras de coco babaçu. O Instituto permanece permanentemente à disposição de órgãos públicos, entidades civis, veículos de comunicação e da população para prestar informações fundiárias dentro de sua competência legal, pautado por transparência e segurança jurídica.

1. Sobre os impactos da Fazenda Cosmos (Parnaguá II) às comunidades tradicionais

O Interpi informa que possui atualmente 107 processos de regularização fundiária de territórios de povos e comunidades tradicionais em andamento, todos fundamentados na Lei Estadual nº 7.294/2019 e no Decreto Estadual nº 22.407/2023.

o joio e o trigo

Cada processo segue rito administrativo próprio, que inclui realização de consulta, elaboração de relatório de identificação e delimitação, cadastros de famílias, análises técnicas, levantamentos de sobreposições com domínios privados dentre outras ações previstas. Eventuais sobreposições entre o território estudado e propriedades privadas são avaliadas caso a caso dentro de cada processo, conforme determina a legislação estadual.

Todos os processos seguem em acompanhamento contínuo pela equipe técnica do órgão.

Sobreposições entre territórios tradicionais e áreas com certificações cadastradas no Incra e registros de imóveis são identificadas, estudadas e tratadas. Já foram diversas as certificações canceladas e várias as cadeias dominiais em estudo, com algumas situações já tramitando na justiça. Importante destacar que o trabalho técnico do Interpi sempre visa assegurar segurança jurídica.

2. Sobre a decisão judicial no processo nº 0800455-27.2020.8.18.0042

Embora o Interpi figure como parte autora, a representação judicial do Estado do Piauí é competência exclusiva da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que define estratégias recursais e medidas processuais.

Essa delimitação é importante para evitar interpretações equivocadas sobre responsabilidades institucionais.

3. Sobre reuniões e interlocuções com a Funai a respeito dos povos Akroá Gamella

O Interpi esclarece que possui processos de titulação coletiva envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais em andamento. O Instituto participa de reuniões com a Funai, com as comunidades e com outros órgãos públicos sempre que solicitado, compartilhando informações técnicas relativas à regularização fundiária.

É importante destacar que não compete institucionalmente ao Interpi realizar avaliações ou análises de impactos ambientais.

Ainda assim, sempre que qualquer órgão (municipal, estadual ou federal), organizações da sociedade civil ou veículos de comunicação solicitam informações fundiárias específicas, que estejam dentro dos processos sob nossa responsabilidade, o Interpi atua com plena transparência e colaboração, fornecendo dados disponíveis nos limites de sua competência legal.

4. Sobre a ACP nº 1003719-20.2020.4.01.4005 (território Melancias)

Quanto o processo administrativo (000710072572020) referente à comunidade tradicional Melancias após solicitações formais do Interpi, 15 sobreposições constantes no SIGEF foram canceladas por não apresentarem comprovação de registro de imóvel. As demais sobreposições permanecem em análise, todas as matrículas sobrepostas estão sob fiscalização dominial pelo Interpi, conforme procedimento padrão de monitoramento fundiário.

o joio e o trigo

5. Sobre a comunidade quilombola Marmelada e as supostas sobreposições com a Fazenda Cosmos

O processo administrativo 00071.003502/2021-91 segue em andamento dentro dos parâmetros legais. Até o momento, não foi identificada sobreposição entre o território tradicional da comunidade Marmelada e a área denominada Fazenda Cosmos.

O parecer anteriormente mencionado — anexado pela parte interessada — não possui mais validade. Trata-se de um perímetro de segurança arbitrado, elaborado antes das etapas de campo, e que não reflete a realidade fundiária atual.

A equipe do Interpi realizou nova verificação in loco, com participação da comunidade, e o levantamento atualizado já se encontra disponível.

Vanguard em 12 de Novembro de 2025

We'll decline to comment on this one.

BlackRock em 13 de Novembro de 2025

By way of background, BlackRock's holdings on behalf of clients represent less than 1% of SLC Agrícola and are held exclusively through index-tracking funds. These positions exist because the company is included in certain indices, as determined by third-party providers such as S&P or MSCI—not due to any active investment decision by BlackRock.

Adidas em 14 de Novembro de 2025

We are committed to upholding our Workplace Standards to ensure fair working conditions throughout our supply chain. We have already gotten in contact with our main cotton sourcing partner Better Cotton Initiative to investigate the situation. Since 2018, we've used only third-party certified cotton from standards such as Better Cotton Initiative and U.S. Cotton Trust Protocol, as well as organic cotton and recycled cotton.

Maybe the following information from Better Cotton Initiative on their action plan for the Matopiba region is helpful for your piece: [Updated Action Plan on Issues in Brazil's Matopiba Region - Better Cotton Initiative.](#)

Nike em 14 de Novembro de 2025

o joio e o trigo

Nike is committed to ethical sourcing practices, and it's our goal to drive continuous improvement in the communities where our products and materials are sourced and manufactured.

Bunge em 17 de Novembro de 2025

A Bunge não adquire soja de áreas desmatadas ilegalmente e mantém um controle rigoroso sobre os critérios socioambientais em suas operações. O compromisso da Bunge de estar livre de desmatamento e de conversão de vegetação nativa em regiões prioritárias em 2025 é uma parte central da estratégia de negócios e do planejamento da empresa.

A Bunge reitera sua confiança nos sistemas de verificação e monitoramento socioambiental que estruturou nos últimos anos e mantém seu compromisso de promover padrões líderes e desenvolver abordagens práticas e sustentáveis. Isso faz parte da nossa estratégia, e permanecemos engajados nesta jornada.

Considerando que questões ambientais e sociais se interconectam, a Bunge também mantém e implementa uma variedade de políticas, recursos e serviços para mitigar riscos relacionados. Nossa Política de Direitos Humanos orienta as nossas operações e sustenta os nossos processos de devida diligência e está alinhada com os padrões internacionais de respeito aos direitos humanos. Além disso, temos nosso Código de Conduta de Fornecedores, o qual é referenciado em todos os nossos contratos de compra de grãos. Recentemente, como parte do nosso processo de melhoria contínua, revisamos nossa Política de Compra de Soja (“Soy Sourcing Policy”). Temos, ainda, um mecanismo de reclamação (grievance) em vigor para garantir que estejamos cientes e sejamos capazes de investigar quaisquer preocupações.

BID em 18 de Novembro de 2025

O Banco Interamericano de Desenvolvimento esclarece que a Plataforma de Transparéncia de Títulos Verdes é um banco de dados aberto e voluntário sobre títulos verdes na América Latina e no Caribe. Os dados são fornecidos e atualizados exclusivamente pelos emissores dos títulos, e o BID não assume responsabilidade pela integridade, precisão ou autenticidade dos dados enviados pelos emissores. A ferramenta foi desenvolvida para promover divulgação e padronização por parte dos emissores, permitindo ao público comparar e pesquisar informações fornecidas sobre as emissões.